ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CONHECIMENTO SOBRE PORNOGRAFIA INFANTIL NA INTERNET

TATIANA SAVOIA LANDINI

Resumo: O reconhecimento da pornografia infantil como um problema social se dá a partir do momento em que a Internet proporcionou visibilidade ao tema, ou seja, da metade da década de 1990 em diante. Desde então, esse tema está bastante presente na mídia e, também, é preocupação recorrente de ONGs e organismos internacionais. A produção de pesquisas sobre o tema, contudo, não acompanhou esse movimento. A partir dos conceitos de envolvimento e distanciamento, de Norbert Elias, desenvolve-se reflexão sobre esse cenário, indicando ainda a necessidade de maior desenvolvimento desse campo de pesquisas.

Palavras-chave: Violência sexual. Pornografia infantil. Pedofilia.

Abstract: Child pornography has been recognized as a social problem since mid 1990's, when it acquired more visibility through the Internet. Since then, this subject has been present in the media and is also an important issue to NGOs and international organizations. Nevertheless, research has not followed this movement. Using Norbert Elias's concepts of involvement and detachment, this article aims to make some reflections on this scenario, also stating the need for the development of this research field.

Key words: Sexual violence. Child pornography. Paedophilia.

A violência sexual tornou-se, de fato, a violência do nosso tempo.

Assim termina o último capítulo de *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX* (VIGARELLO, 1998, p. 244). *Violência do nosso tempo* porque nossos olhares estão voltados para ela. A maior igualdade de gênero torna mais insuportáveis os atos de violência de homens contra mulheres, engendrando inclusive maior iniciativa por parte da vítima, maior credibilidade à queixa e equidade ao processo.¹ O crescimento da esfera da intimidade e a valorização da vida íntima, da sexualidade, da individualidade e dos sentimentos focalizam o olhar no trauma, nas conseqüências psicológicas da violência sexual, seu dano a longo prazo. O resultado do crime sexual não é mais a imoralidade, mas a morte psíquica; não mais a depravação, mas a quebra da identidade.

O olhar é ainda mais sensível à violência sexual contra crianças. À equação, junta-se então o ideal de pureza e a idéia, introduzida pela psicologia, de que crianças e adolescentes estão em um estágio específico da vida em

que é grande a necessidade de proteção. Uma criança violentada sexualmente é uma criança cuja infância foi amputada, que foi introduzida prematuramente no mundo adulto, erotizado, sexualizado. *Slogans* como *Criança Prioridade 1* e títulos de publicações de ONGs e agências internacionais como *Inocência em perigo* (UNESCO, 1999) e *O grito dos inocentes* (ANDI, 2003), por exemplo, demonstram muito bem esse olhar e sua centralidade na vida social. O fato de existir legislação específica para a área da infância (tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA quanto o artigo 224 da Constituição Federal) também apontam nesse mesmo sentido: um deslocamento dos olhares em favor daqueles que estão em uma fase específica da vida, do nascimento até completarem 18 anos de idade.

É certo que a violência sexual não pode ser tomada como um grande bloco. É comum dividi-la em dois grandes grupos: o abuso sexual e a exploração sexual comercial. Do primeiro grupo fazem parte as formas de violência onde não há a intermediação do dinheiro, como a violência sexual intrafamiliar, o estupro, o atentado violento ao pudor, etc. Do segundo grupo fazem parte aquelas onde há a intermediação do dinheiro – exploração sexual comercial (prostituição), o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais, a pornografia infantil, etc.²

Não é de hoje que se estuda e se discute a violência sexual. No início do século XX, os juristas e médicos dominavam a cena. Naquela época, as formas de violência mais discutidas eram o defloramento, a sedução e a prostituição. No âmbito internacional, a Liga das Nações, precursora da Organização das Nações Unidas, ocupava-se da tentativa de impedir o tráfico de escravas brancas, ou tráfico de mulheres e crianças – as *polacas* que fugiam de uma Europa em crise e vinham para nosso continente “fazer a América”.³ Nas últimas décadas, psicólogos e assistentes sociais adquiriram espaço e reconhecimento nesse campo. A partir desse novo enfoque, ganharam premência os estudos sobre a violência intrafamiliar (incesto), estupro e, novamente, a prostituição (rebatizada de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes).⁴

O RECONHECIMENTO DA PORNOGRAFIA INFANTIL COMO UMA FORMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No final do século XX, começou a ser debatido um tipo de crime ainda muito pouco conhecido: a pornografia infantil. Segundo Carl Göran Svedin e Kristina Back (1996), era raro encontrar crianças em material pornográfico até 1968. Segundo autores que estudam a história da pornografia, no final da década de 1960 e início da de 1970, a maioria dos países ocidentais passou por um período de relaxamento das leis sobre obscenidade, impulsionados pela Dinamarca (TATE, 1990; KUTSHINSKY, 1978; TAYLOR; QUAYLE, 2003).

Kutshinsky (1978) utiliza o termo “onda pornográfica” para se referir ao período iniciado na Dinamarca em torno de 1964, quando a pornografia se tornou mais disponível e mais largamente distribuída. Em julho de 1969 todas as formas de pornografia foram legalizadas na Dinamarca, iniciando uma fase posteriormente denominada “década da liberalização” (TATE, 1990). O mercado de pornografia infantil se desenvolveu gradualmente, chegando a envolver crianças de até 3 ou 4 anos de idade, que podiam ser vistas em qualquer posição ou ato sexual concebível. No final dos anos 1970, um mercado bastante amplo estava se desenvolvendo nos Estados Unidos, e a estimativa era de que entre 300 mil e 600 mil crianças com menos de 16 anos estavam participando da produção desse tipo de material (SVEDIN; BACK, 1996).

A partir de 1977, a maioria dos Estados americanos passou a ter legislação (até então rara) contra a produção e a distribuição de pornografia infantil, reforçada por uma legislação federal. Na Grã-Bretanha, a posse da pornografia infantil se tornou ilegal a partir de 1988. Outros países tornaram a posse ilegal apenas mais recentemente: o Brasil em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA,⁵ a Noruega em 1992, Alemanha, França e Canadá em 1993, Áustria em 1994, Dinamarca e Bélgica em 1995 (SVEDIN; BACK, 1996). Em termos internacionais, em 2004 foi aprovado o *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança*, refe-

rente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.

Porém, o reconhecimento da pornografia como uma forma de violência sexual passa não apenas pela legislação, mas também por seu reconhecimento como um “problema social”. Quando é que isso acontece? A partir do momento em que a Internet proporcionou visibilidade ao tema. Até então, a troca da pornografia infantil estava restrita aos grupos de pedófilos. Outras pessoas – aquelas que não tinham interesse nem em ver as imagens pornográficas com crianças e adolescentes nem no mercado de pornografia infantil – pouco ou nada sabiam a esse respeito. O surgimento e, principalmente, a massificação da Internet mudou essa configuração. A partir daí, não só ficou mais fácil trocar e ver fotos (ou montagens) pornográficas com menores de 18 anos, como também essas imagens passaram a ser vistas por pessoas sem qualquer interesse nesse tipo de material. É possível, apenas para exemplificar, que alguém entre em um *site* com a intenção de visualizar fotos eróticas de adultos e seja redirecionado a um *site* que exibe fotos com crianças. Ou ainda que, ao buscar imagens de desenho animado, seja direcionado a um *site* de pornografia infantil.⁶

Em suma, com a Internet, a pornografia infantil deixou de ser algo conhecido apenas pelo restrito grupo dos pedófilos e adquiriu visibilidade. Aliás, essa visibilidade cresceu tanto que, atualmente, está em curso uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI sobre o tema no Senado Federal – conhecida como “CPI da pedofilia”.

É possível falar, inclusive, em uma dupla publicação: na Internet e, também, nos meios de comunicação – principalmente os jornais – que começaram a publicar notícias e discutir esse assunto. Também os movimentos sociais e ONGs, sobretudo aqueles ligados à defesa da criança e do adolescente, deram visibilidade ao tema ao colocá-lo em suas agendas. Nesse sentido, os jornais e os movimentos sociais são um bom termômetro para estabelecer o reconhecimento desse tema como um problema social a ser debatido e, principalmente, combatido.

A partir da década de 1990, os jornais brasileiros passaram a trazer, de forma recorrente, reportagens

sobre pornografia infantil na Internet, principalmente sobre ações policiais que desbaratarem redes de criminosos que faziam uso do ambiente virtual para suas trocas:

Cerca de cem integrantes de uma rede internacional que difundia imagens de pornografia infantil na Internet foram detidos em consequência de uma operação realizada em 12 países. A rede, conhecida como ‘o país das maravilhas’ e organizada nos Estados Unidos, foi localizada pela Operação Catedral. A caçada foi preparada durante uma reunião realizada na sede da Interpol – polícia internacional – na França (MEMBROS..., 1998).

O número de reportagens sobre pornografia infantil publicadas pelos jornais cresceu significativamente a partir da segunda metade da década de 1990; nessa mesma época, o tema pedofilia passou a ser discutido. A partir de 1997, o jornal *O Estado de S.Paulo* passou a retratar a pedofilia como um problema diretamente relacionado à pornografia infantil:

Polícia francesa inicia ofensiva contra pedofilia – cerca de 600 pessoas foram presas durante uma blitz contra a pornografia infantil em todo o país (POLÍCIA..., 1997).

Complementando o cenário, as ONGs e organismos internacionais que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e no enfrentamento da violência sexual também contribuíram para o aumento de sua visibilidade. No discurso, a pornografia infantil era apresentada como um elo de uma corrente muito maior: o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 1996, ocorreu em Estocolmo o *I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, organizado pelo ECPAT International.⁷ Esse congresso, doravante conhecido simplesmente como *Congresso Mundial* ou *Congresso de Estocolmo* constituiu um marco para as ações internacionais e nacionais de enfrentamento desse tipo de violência. Nesse momento, a pornografia infantil já aparecia como um sério problema a ser combatido: na visão do ECPAT, mais de um milhão de crianças eram forçadas, anualmente, a se prostituírem. Essas crianças eram vendidas ou traficadas com propósitos

sexuais ou, ainda, usadas na pornografia (WORLD CONGRESS, 1996). Aliás, as três formas de exploração sexual comercial – prostituição infantil, tráfico e venda de crianças com propósitos sexuais e pornografia infantil – estariam extremamente ligadas. O tráfico com propósitos sexuais implicaria a prostituição, e esta seria freqüentemente combinada com a produção de fotos, vídeos e outras formas de material sexual explícito envolvendo crianças (WORLD CONGRESS, 1996).

Outro evento interessante e que delimitou a pornografia infantil como uma forma de violência que deveria ser tratada por si, não mais como um tema secundário, foi o congresso *Abuso Sexual de Crianças, Pornografia Infantil e Pedofilia na Internet: um desafio internacional*, promovido pela Unesco, em janeiro de 1999, em Paris.⁸ Para a Unesco, a Internet foi um fator importante na internacionalização do abuso sexual de crianças, transformando a produção da pornografia infantil numa indústria sofisticada, universal e caseira (UNESCO, 1999, p. 7). A Internet possibilitou o tráfico da pornografia infantil de modo barato, rápido, interativo e anônimo, inclusive com pedidos especiais em tempo real.

A importância do tema pode ser reconhecida ainda em encontros subsequentes, como o II Congresso Mundial Contra o Abuso, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Yokohama (2001) e o preparatório (*Thematic Preparatory Meeting on Combating Sexual Exploitation of Children in Abuse Images and Online*, Bangcoc, 2008)⁹ para o III Congresso Mundial, que realizar-se-á no Rio de Janeiro em novembro de 2008. Duas questões discutidas ao longo do encontro de Bangcoc corroboram o argumento de que a pornografia infantil tem sido alvo de preocupações cada vez maiores, ou seja, adquire cada vez mais espaço como “problema social”:

- a troca de pornografia infantil não está mais restrita à Internet, deve ser pensada considerando-se novas tecnologias, por exemplo, telefones celulares com câmera – daí recomendar-se o uso do termo ICT (*information and communication technology*) e não mais Internet;
- o próprio termo “pornografia infantil” não é mais suficiente para traduzir as práticas de abuso e ex-

ploração que ocorrem através dos meios de comunicação e informação – a prática do *grooming* (aliciamento e sedução de menores) também tem sido um fator de grande preocupação.

Esse cenário demonstra o reconhecimento da pornografia infantil como um problema social e, portanto, como algo que precisa ser enfrentado. Os ânimos se exaltam quando esse assunto é trazido ao centro da discussão: alguns clamam por leis mais rigorosas, outros por um policiamento efetivo (ou até censura) do meio virtual.

ENVOLVIMENTO E DISTANCIAMENTO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Dizer que se é sensível à violência sexual, que os olhares estão voltados para ela e que há seu reconhecimento como problema social não significa que, *efetivamente*, compreende-se o problema e que se pensam formas de enfrentá-lo. Qual o perfil da vítima? Crianças ou adolescentes? De que idade? Meninas ou meninos? Qual o perfil daquele que troca pornografia infantil? Qual o perfil daquele que tira as fotos ou faz os filmes? Os pedófilos são maioria ou minoria? Qual a motivação da troca? Monetária? Inclusão em grupos pedófilos? As fotos são vendidas? Qual a relação da pornografia infantil com as outras modalidades de violência sexual? Quais são os tipos de material mais trocados? As fotos com crianças e adolescentes em poses eróticas ou aquelas com cenas de violência explícita? Que tipo de fotos são facilmente encontráveis e que tipos estão escondidos no “submundo” da *web*?

O número de pesquisas acadêmicas sobre pornografia infantil na Internet é extremamente pequeno, o que se constata com uma busca no Banco Nacional de Teses, mantido pela Capes em seu *site* (<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>). A busca resultou em quatro trabalhos: um na área de sociologia (LANDINI, 2000), um em psicanálise (HISGAIL, 2001), um em direito (CARVALHO, 2003) e um em ciência da informação (FURLANETO NETO, 2003). A esses trabalhos podem-se adicionar mais três que tratam da pornografia infantil de forma secundária: dois na área de direito (BRITO, 2001; TOMIZAWA, 2005) e um em sexologia (GUSMÃO, 2004). Acrescentam-

se, ainda, duas teses que têm como tema a pedofilia, comumente identificada com a pornografia infantil: um trabalho na área de direito (MENDONÇA, 2007) e outro na área de letras (TAFARELLO, 2007). Por fim, há mais um trabalho, na área de antropologia, que deve ser citado: Lowenkron (2008).¹⁰ Além das dissertações e teses realizadas no âmbito acadêmico propriamente dito, há duas pesquisas realizadas por ONGs que merecem destaque: Reis e Reifschneider (2004) e Reis e Oliveira (2005).

Em termos de artigos acadêmicos disponibilizados no Scielo (www.scielo.br), o número de textos é ainda inferior: apenas três (LANDINI, 2003; 2006; FELIPE, 2006). Livros publicados sobre pornografia infantil há apenas um, da Unesco (1999). Sobre pedofilia, é possível listar ao menos seis: Conti (2008); Bazzo (2007); Trindade e Breier (2006); Hisgail (2007); Périas (2005).

Como visto, a pornografia infantil tem recebido grande atenção por parte da mídia e também de ONGs, organismos internacionais e movimentos sociais. Por que, então, é tão limitado o número de pesquisas no Brasil?¹¹

Os conceitos de envolvimento e distanciamento, desenvolvidos por Norbert Elias, ajudam a reformular essa questão. Esses conceitos são, a princípio, bastante semelhantes aos de objetividade e neutralidade, desenvolvidos por Weber em *Ciência e Política, duas vocações* (1993) e em *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais* (1991). Para Weber, a realidade, sendo múltipla e multifacetada, só pode ser estudada a partir de um recorte feito pelo pesquisador. O cientista define, portanto, um fragmento que considera relevante e significativo não só para ele como para a época e cultura em que se insere. Mais do que isso, para o autor,

o objeto do conhecimento social não se impõe à análise, como já dado, mas é constituído nela própria, através dos procedimentos metódicos do pesquisador (COHN, 1991, p. 22).

Dessa forma, o pesquisador acaba por atribuir uma ordem a aspectos selecionados, o que requer dele uma posição ativa diferente do imprimir "visões de mundo" aos resultados da pesquisa. Ao político é

permitido tomar decisões impulsionado por interesses; ao cientista só é lícito reconstruir e analisar os fatos seguindo as exigências do método científico. A possibilidade de objetividade repousa, portanto, no método científico.

Dessa discussão de Weber, o que está mais próximo a Elias é a questão de que o objeto do conhecimento social é constituído na própria realidade; enfatiza, entretanto, que a questão não é apenas metodológica, mas é preciso compreender a relação do conhecimento e do comportamento humanos, o próprio conhecimento científico sendo uma possibilidade engendrada pelo estágio da sociedade. Assim como não há o envolvimento total, o distanciamento também não é completo. Afirma Elias que apenas os bebês e os adultos insanos têm a possibilidade de se envolverem tanto a ponto de abandonar seus sentimentos presentes ou, no outro extremo, só eles podem ficar completamente alheios ao que se passa ao seu redor (ELIAS apud MENNELL, 1998, p. 161).

Assim como o comportamento humano oscila entre os dois extremos, o envolvimento e o distanciamento completos, também é possível observar essa oscilação nos diferentes grupos humanos. As reações às forças da natureza – tempestade, fogo ou doença, por exemplo – variam de indivíduo para indivíduo e de situação para situação. Contudo, nas sociedades contemporâneas, científicas, os conceitos utilizados para falar, pensar e agir representam um alto grau de distanciamento (MENNEL, 1998, p. 161). O distanciamento é uma condição necessária para o desenvolvimento da ciência,

se as pessoas têm possibilidade de observar a relação dos elementos em um processo com um certo distanciamento, relativamente livres de fantasias emocionais e de uma forma realista, então elas podem formar uma representação simbólica – uma 'teoria', um 'modelo' (MENNEL, 1998, p. 164).

Ao introduzir a discussão sobre envolvimento e distanciamento, pretende-se problematizar a produção de conhecimento a respeito da pornografia infantil no Brasil. Esse questionamento surge, portanto, da *falta* de pesquisas (acadêmicas ou não) sobre esse tema.

A produção de conhecimento exige distanciamento por parte do pesquisador que, no caso da pornografia infantil, não é fácil de conseguir. Quando Vigarello (1998) fala sobre a sensibilidade em relação à violência sexual – e, mais fortemente, aquela praticada contra crianças e adolescentes –, não leva em consideração que essa mesma sensibilidade pode dificultar a escolha e condução de pesquisas sobre o tema. Há envolvimento (no sentido eliasiano) muito grande. Pesquisadores dessa área conhecem os olhares de estranhamento que lhes são dirigidos. Pesquisar pornografia infantil significa mexer com um emaranhado de temas ainda tabus em nossa sociedade: a sexualidade (adulta, infantil e juvenil); a pornografia e o desejo (expressões dessa mesma sexualidade); a violação da criança e do adolescente (portanto, a violação de nosso ideal de inocência). O exercício do distanciamento pode ser praticado nas aulas de metodologia de pesquisa e de antropologia, ou ainda nos diversos trabalhos de campo de que participa todo pesquisador. Mas não é suficiente. A possibilidade de desenvolvimento do distanciamento está relacionada ao desenvolvimento do próprio campo de pesquisa.

As reflexões sobre violência sexual do início do século XX demonstravam uma perspectiva muito mais envolvida – predominava a moralidade, não se buscava entender o quê, como, porquê, mas o certo e o errado. A compreensão estava encoberta pelo dever ser. Com o passar das décadas e as mudanças nas configurações sociais, tornou-se possível maior distanciamento. Contudo, em relação à pornografia infantil, trazida ao centro da cena apenas recentemente, o que prevalece é ainda uma perspectiva mais envolvida, expressa pela predominância da militância e da denúncia, muitas vezes sem a devida tentativa de compreensão da problemática, o que ajudaria no planejamento das ações.

Exemplo: no Brasil, destacam-se as campanhas de conscientização e desenvolvimento de canais de denúncia. Essas estratégias estão fundamentadas em duas premissas: por um lado, que as pessoas não sabem que pornografia infantil é crime ou que não percebem o dano causado à criança ou adolescente vitimado e, portanto, não denunciam; por outro lado, que a denúncia não é realizada por falta de ca-

nais apropriados e fáceis de serem utilizados. Essas estratégias são necessárias, importantes e alcançam resultados positivos, o que pode ser percebido pelo aumento no número de denúncias, porém, deve-se refletir mais a respeito.

Partindo de análise de imagens encontradas na Internet, Reis e Reifschneider (2004) classificam a pornografia envolvendo crianças e adolescentes em três tipos distintos:¹²

- pornografia infantil bizarra – consiste em imagens de crianças pequenas e até bebês sendo abusados sexualmente por adultos. Esse tipo de material é denominado de *CP sick (child pornography sick)* pelos próprios pedófilos;
- pornografia infantil focalizada em crianças maiores, mas ainda impúberes, ou no início da adolescência. Essas crianças são geralmente fotografadas e filmadas nuas ou em trajes íntimos e, por sua expressão facial, é possível perceber que não têm consciência do que está se passando. Esse material é também voltado a pedófilos;
- pornografia juvenil, muitas vezes associada à pornografia adulta. Esse tipo de pornografia retrata adolescentes, principalmente do sexo feminino, já com as características sexuais secundárias desenvolvidas, ou seja, “meninas com corpo de mulher”.

Uma tipologia simples como essa já é uma boa contribuição para pensar o alcance das ações anteriormente descritas. Já faz tempo que a pornografia infantil vem sendo relacionada ao uso de crianças pequenas nas imagens – não é por outra razão que a palavra pedofilia é muito usada como sinônimo de pornografia infantil. Dessa forma, pode-se inferir que as campanhas de conscientização e o desenvolvimento dos canais de denúncia não dão conta de parte das imagens encontradas na Internet, principalmente as do terceiro tipo. Parte desse material não choca aquele que o visualiza ou, o que é ainda mais sério, muitas imagens sequer são percebidas como crime – principalmente aquelas que retratam adolescentes que, muitas vezes, são confundidos com maiores de 18 anos.

Além disso, essa tipologia explicita algo que a denominação pornografia infantil esconde: que ela

se refere também a adolescentes – de acordo com a legislação brasileira (artigos 240 e 241 do ECA), a pornografia infantil refere-se ao uso de menores de 18 anos.¹³ Aliás, esse tem sido um ponto bastante discutido internacionalmente: não só há uma grande quantidade de material pornográfico retratando adolescentes como, em muitos casos, os próprios adolescentes estão produzindo esse material.

Objetiva-se com essa breve discussão, estabelecer a importância da realização de mais pesquisas empíricas sobre a troca da pornografia infantil nos meios de comunicação e informação, o que implica a coleta e análise das imagens e de sua dinâmica de troca. Não é possível, contudo, ignorar as dificuldades de tal empreendimento. Deve-se considerar, em primeiro lugar, a questão do financiamento. Um estudo que tenha como objetivo a análise do ambiente da Internet necessita de um laboratório de informática. Isso significa não apenas o material, mas também pessoas preparadas para tal empreendimento – e aqui impõe-se a segunda dificuldade: a necessidade de formação de uma equipe multidisciplinar integrando, ao menos, pesquisadores de informática e das ciências humanas e, idealmente, também de outras áreas como saúde mental, direito, polícias, etc. Em segundo lugar – e talvez mais importante –, exige-se o estabelecimento de laços de cooperação com as instâncias policiais e judiciárias. Aqueles familiarizados com o campo de estudos sobre violência e crime sabem o quanto essa

relação pode dificultar, ou até impossibilitar, uma pesquisa.¹⁴ Por fim, retomando a reflexão a respeito da possibilidade de distanciamento, deve-se considerar a dificuldade de lidar com a imagem. Não estou aqui fazendo qualquer tipo de avaliação em relação às técnicas de pesquisa – não digo que analisar imagens seja mais difícil do que estudar outros tipos de material. Mas analisar imagens pornográficas de crianças e adolescentes é, sim, mais difícil, emocionalmente, do que analisar o que é dito sobre essas imagens.

Contudo, analisar imagens não é a única forma de pesquisar esse tema. O uso de fontes de dados secundários facilita o desenvolvimento do distanciamento necessário à pesquisa. Até o momento, o que se vê nas pesquisas realizadas no Brasil é justamente o predomínio dessas fontes. E inúmeros trabalhos poderiam trazer contribuições muito interessantes para a compreensão dessa problemática – por exemplo, pesquisas feitas a partir de registros policiais e processos criminais, ou de entrevistas/questionários aplicados a internautas.

Ainda que não lidem diretamente com a imagem ou com a realização de pesquisas de campo no ambiente da Internet, essas pesquisas contribuem em muito para a compreensão do problema. Colaboram, sobretudo, para o desenvolvimento do próprio campo de pesquisa. Quanto mais este crescer, mais fácil será estabelecer o distanciamento necessário para a compreensão do problema e, conseqüentemente, para o planejamento de ações de enfrentamento.

Notas

1. Houve crescimento da igualdade, mas, que fique claro, não significa que a igualdade de gênero tenha sido atingida.

2. Essa é uma classificação corrente que pode, obviamente, ser questionada. A própria pornografia infantil – foco principal deste texto – pode ser classificada como uma forma de abuso, não havendo qualquer intermediação monetária. É o caso, por exemplo, de fotos de crianças e adolescentes que foram modificadas digitalmente e transformadas em pornográficas. Nesses casos, muitas vezes, as próprias crianças ou adolescentes ali representados não sabem que isso foi feito e, portanto, não recebem qualquer pagamento.

3. Para uma excelente discussão, ver Rago (1991).

4. Uma discussão mais aprofundada a respeito dos grupos profissionais que tinham ou têm como objeto de discussão a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser encontrada em Landini (2005).

5. “Art. 240. Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória: [...]” (Redação dada pela Lei n. 10.764, de 12 nov. 2003).

“Art. 241. Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente: [...]” (Redação dada pela Lei n. 10.764, de 12 nov. 2003).

6. No último ano foi bastante discutido o caso do Orkut, trazido à tona pela SaferNet (www.safernet.org.br). O Orkut, um site de relacionamentos que fez grande sucesso entre os brasileiros, estava sendo muito utilizado para a troca de pornografia infantil. Para mais informações, consultar o site da organização citada.

7. *End Child Prostitution in Asian Tourism – ECPAT*. É uma das organizações pioneiras no enfrentamento da violência sexual que, tendo alcançado prestígio internacional, passou a ter representações em vários países, entre os quais o Brasil. A sigla foi mantida em razão do reconhecimento.

8. Os textos apresentados nesse congresso foram, posteriormente, publicados em livro no Brasil com o título *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet* (UNESCO, 1999).

9. A autora participou desse encontro a convite da WCF-Brasil, a quem agradece a oportunidade.

10. Essa dissertação não está cadastrada no Banco de Teses da Capes. A pesquisa foi feita no banco de dados mencionado, mas infelizmente nem todas as universidades enviam os dados referentes a suas defesas de teses e dissertações à Capes, portanto, é possível que alguns trabalhos tenham sido negligenciados.

11. Infelizmente não haverá espaço para analisar a produção internacional e a discussão ficará restrita ao âmbito nacional.

12. Em âmbito internacional há outras tipologias das imagens pornográficas envolvendo crianças e adolescentes. A escala de Taylor e Quayle (2003), por exemplo, abrange dez níveis que vão desde fotos apenas indicativas (imagens não-eróticas e não-sexualizadas de crianças em roupas íntimas) até fotos de abuso sexual e de sadismo/bestialidade. Nesta discussão, utiliza-se a tipologia de Reis e Reifschneider (2004) uma vez que o foco do texto são os trabalhos brasileiros.

13. Ver nota 5.

14. No plano internacional, principalmente por estar ligado à universidade, um exemplo interessante é o projeto *Combating Paedophile Information Networks in Europe – Copine* (TAYLOR; QUAYLE, 2003). Desse projeto, que tem como objetivo estudar o “mundo da pornografia infantil e aqueles envolvidos nesse mundo”, resultou a tipologia citada na nota 12.

Ainda que se ressalte a possibilidade de realizar pesquisas no ambiente da Internet, alerta-se também para o fato de que a visualização repetida das imagens pode trazer problemas para o bem-estar ou até para a saúde mental (TAYLOR; QUAYLE, 2003).

Referências Bibliográficas

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. *O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2003.

BAZZO, E.F. *A lógica dos devassos*. No circo da pedofilia e da crueldade... Brasília: LGE, 2007.

BRITO, Í.M. de. *Investigação de um modelo normativo para a sustentabilidade da Internet*. Recife: UFPE, 2001.

CARVALHO, L.M.M.R. de. *A insegurança no mundo digital: um olhar crítico acerca da pedofilia e pornografia infantil na Internet*. Recife: UFPE, 2003.

COHN, G. Introdução. In: _____. (Org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).

CONTI, M.C.S. *Da pedofilia: aspectos psicanalíticos, jurídicos e sociais do perverso sexual*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ELIAS, N. Problems of involvement and detachment. *British Journal of Sociology*, v. 7, n. 3, 1956.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cad. Pagu*, n. 26, jun. 2006.

FURLANETO NETO, M. *Pornografia infantil na Internet: elementos diplomáticos como subsídio à caracterização do direito*. Marília: Unesp, 2003.

GUSMÃO, J.B.R. de. *Hentais – um estudo do imaginário sexual do brasileiro e do japonês através da análise de um fenômeno social*. Rio de Janeiro: UGF, 2004.

HISGAIL, F. *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. *A pedofilia na mídia sob a ótica da psicanálise*. São Paulo: PUC, 2001.

KUTSHINSKY, B. Pornography in Denmark – a general survey. In: DHAVAN, R.; DAVIES, C. *Censorship and obscenity*. London: Martin Robertson, 1978.

LANDINI, T.S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cad. Pagu*, n. 26, jun. 2006.

_____. *Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

_____. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cad. Saúde Pública*, v. 19, suppl. 2, 2003.

- _____. *Pornografia infantil na Internet: proliferação e visibilidade*. São Paulo: Sociologia, USP, 2000.
- LOWENKRON, L. *Sexualidade e menoridade: estratégias de controle social em diferentes escalas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), 2008.
- MEMBROS da rede de pornografia são presos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 set. 1998.
- MENDONÇA, D.B. de A. *A pedofilia no direito penal brasileiro*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- MENNELL, S. *Norbert Elias – an introduction*. Dublin: University College Dublin Press, 1998.
- PÉRIAS, G.R. *Pedofilia*. Campinas: Vale do Mogi, 2005.
- POLÍCIA francesa inicia ofensiva contra pedofilia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1997.
- RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REIS, A.V. dos; REIFSCHNEIDER, E.D.B. *Pesquisa sobre pornografia infantil na Internet*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.
- REIS, F.A.S.; OLIVEIRA, T.T.N. de. *Pornografia infantil na Internet: o enfrentamento no Brasil*. Salvador: Cedeca-BA, 2005.
- SVEDIN, C.G.; BACK, K. *Children who don't speak out – about children being used in child pornography*. Rädna Barnen, 1996.
- TAFARELLO, P.C. *Sobre meninos e homens: introdução ao estudo da identidade do pedófilo*. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.
- TATE, T. *Child Pornography – an investigation*. London: Methuen, 1990.
- TAYLOR, M.; QUAYLE, E. *Child Pornography: an Internet crime*. Hove and New York: Brunner-Routledge, 2003.
- TOMIZAWA, G. *A inversão de privacidade através da Internet*. Rio de Janeiro: UGF, 2005.
- TRINDADE, J.; BREIER, R. *Pedofilia – aspectos psicológicos e penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- UNESCO. *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- VIGARELLO, G. *História do estupro: violência sexual nos séculos XIX-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- WEBER, M. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- _____. A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).
- WORLD CONGRESS against Commercial Sexual Exploitation of Children. *Background Documents*. Estocolmo, 1996. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.childhub.ch/webpub/csechome/>>.

TATIANA SAVOIA LANDINI

Doutora em Sociologia pela USP e Professora da Universidade Federal de São Paulo.

Artigo recebido em 2 de setembro de 2008.

Aprovado em 22 de outubro de 2008.

Como citar o artigo:

LANDINI, T.S. Envolvimento e distanciamento na produção brasileira de conhecimento sobre pornografia infantil na Internet. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 80-88, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.